

Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação, que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai entregar ao Congresso, estabelece rumos para o setor nos próximos dez anos. O documento é o resultado de discussões entre o MEC e os Estados e municípios. Se suas metas forem cumpridas, independentemente de quem ocupar o governo nesses dez anos, o PNE representará uma revolução. É projeto arrojado, que toca em todos os níveis, todas as áreas e todos os problemas da educação. Vai desde a questão das verbas até a dedicação e formação dos professores, passando pela infra-estrutura das escolas.

A meta mais importante é a de "universalizar o acesso ao ensino fundamental — 1ª a 8ª série — e garantir a permanência de todas as crianças de 7 a 14 anos na escola". Atualmente, 8,8% das crianças nessa faixa etária estão fora da escola. No sexto ano de aplicação do plano, a oferta obrigatória de ensino fundamental se estenderá para cada criança a partir dos 6 anos de idade. Para isso, o PNE propõe "programas específicos de colaboração entre a União, Estados e municípios", para superar "os déficits educacionais mais graves", no meio rural e na periferia das grandes cidades. O

esforço inclui programas de bolsa-escola para as crianças pobres. Dentro de um ano, o PNE prevê a elaboração de "padrões mínimos nacionais de infra-estrutura" para as escolas, compatíveis com as realidades regionais e envolvendo itens como: espaço físico, instalações sanitárias, esportes, bibliotecas, serviço de merenda, acesso para deficientes, equipamento pedagógico, informática, etc. Para o ensino médio — ou 2º grau —, a meta é ampliar progressivamente as matrículas para atender, "no final da década, a pelo menos 80% dos concluintes do ensino fundamental". Dentro de cinco anos, o plano prevê uma reforma no ensino médio, com a instituição de novo currículo, juntamente com um sistema nacional de avaliação, como o que já está sendo implantado no ensino superior. Nesse mesmo prazo o governo pretende "assegurar que todos os professores do ensino médio possuam diploma de nível superior, oferecendo, inclusive, oportunidades de formação nesse nível de ensino àqueles que não a possuem". A infra-estrut



tura das escolas de 2º grau também será padronizada.

A meta principal para o ensino superior é ter matriculados, até o final da década, 30% dos jovens entre 19 e 24 anos. Atualmente, esse índice, no Brasil, não chega a 12%, enquanto na Argentina é de 40% e no Chile e na Bolívia, de 20,6%. O plano prevê a ampliação do Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de atender a 15% dos alunos matriculados em faculdades particulares. Outra meta é aumentar anualmente em 10% o número de mestres e em 5% o número de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação. Há ainda a promessa de "ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica".

O PNE pretende "estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de ensino superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação" de professores. Para os outros níveis de ensino, o plano prevê a criação, a partir do ano que vem, de novos planos de carreira para o magistério, garantindo a

promoção por mérito. Será dada preferência à dedicação dos professores por tempo integral, com 30 horas de atividade em sala de aula.

Tudo isso custa dinheiro. Atualmente, o poder público, englobando União, Estados e municípios, destina à educação 4,6% do PIB nacional. O plano prevê um aumento dessa receita para 6,5%, aproximando o Brasil do

Se cumpridas, as metas definidas para os próximos dez anos representarão uma revolução

patamar dos Estados Unidos, que destinam 6,8% de seu PIB para a educação. Hoje, no Brasil, mesmo somando-se o setor privado ao público, os gastos não chegam a 6% do PIB. O salto pretendido pelo plano requererá uma reordenação dos gastos públicos, com um enxugamento noutras áreas, sobretudo na folha de pagamentos e na previdência, além de ganhos de eficiência administrativa e, eventualmente, aumento da receita tributária. A realização desse plano terá de resultar, enfim, de uma decisão do Estado e da sociedade de priorizar a educação.